

# EUROPA



Edite Estrela\*

## Editorial

### AS TRAPALHADAS DO PSD

O PSD foi a última força política a escolher o cabeça de lista às eleições europeias. Depois de várias vicissitudes e diversos nomes anunciados na comunicação social - a própria líder, Dr.ª Manuela Ferreira Leite, referiu ter cinco nomes em cima da mesa - a escolha recaiu no líder parlamentar, Dr. Paulo Rangel, contra a vontade de quatro dos seis vice-presidentes do partido, que preferiam o Dr. Marques Mendes. Assim, o Dr. Rangel vai continuar à frente da bancada parlamentar do PSD, sendo, ao mesmo tempo, o líder da equipa que vai disputar as eleições. Esta acumulação de funções não é normal e é reveladora do estado a que chegou o maior partido da oposição.

A formação da lista foi feita e desfeita na praça pública. O Público divulgou declarações do Dr. Guilherme Silva - vice-Presidente da Assembleia da República, deputado eleito pela Madeira e advogado do Dr. Alberto João Jardim - muito reveladoras do entendimento que estes senhores têm da participação das mulheres na vida política e do cumprimento das leis em vigor. Com chamada à primeira página, o referido jornal transcreve as explicações do ilustre deputado sobre como é que o candidato madeirense, o oitavo na lista e, portanto, não elegível, era na prática o sexto, logo, elegível. Tal resultaria de um acordo com a direcção nacional, segundo o qual as candidatas (Teresa Morais e Regina Bastos), incluídas no terceiro e no sexto lugares (de acordo com a lei da paridade), suspenderiam o mandato depois de eleitas.

O PS exigiu que o caso fosse esclarecido e o Dr. Guilherme Silva veio dar o dito por não dito, o que provocou um pequeno terramoto no PSD das ilhas e o afastamento dos actuais deputados europeus Sérgio Marques e Duarte Freitas. Ora, a substituição de Teresa Morais e Regina Bastos (atiradas para lugares não elegíveis, segundo o Público e o DN) por Graça Carvalho e Maria do Céu Patrão Neves (indicada pelos Açores), vem confirmar que havia negociata para tornejar a lei da paridade. Ou seja, aquelas candidatas não iriam pôr os pés no PE mas tão-só compor a quota legal e ceder o lugar aos cavalheiros. A denúncia do Público e o pedido de esclarecimentos do PS obrigaram a alterações de última hora, porque, se é para valer, as candidatas são outras. Faz sentido.

Já sabíamos que para o todo-poderoso senhor da Madeira as leis da República não têm o mesmo valor que para o comum dos cidadãos. Não todas as leis, claro, mas as leis que ele acha incómodas, como a lei da IVG, a lei da limitação dos mandatos, a lei de financiamento da Região e a lei da paridade, enfim, todas as leis que condicionam a sua forma de exercer o poder, sintetizada na máxima "quero e mando". Não lhe chega ser o Presidente do Governo Regional da Madeira e Presidente do PSD/M. Não. Ele é o Governo, ele é o PSD, ele é tudo e o resto não conta. Por isso, quem o enfrenta é insultado em papel timbrado do Governo Regional. E os comunicados de imprensa do Presidente do PSD/M também podem ser feitos e divulgados pelos serviços do Governo. Na maior promiscuidade, porque a Madeira *c'est lui*.

\*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

## PORTUGAL PRECISA DA EUROPA

*"O nosso principal adversário é a abstenção. Aqui estamos a fazer campanha pela Europa, para dizer aos portugueses que nunca Portugal precisou tanto como agora da Europa."*

José Sócrates no Fórum Novas Fronteiras, em que foi apresentada a lista de candidatos do PS ao Parlamento Europeu

*"É preciso um sobressalto cívico para consciencializar as pessoas da importância da União e das eleições europeias para resolver o problema da Europa, de Portugal e do Mundo."*

Jorge Sampaio no Fórum Novas Fronteiras

### LISTA DE CANDIDATOS EFECTIVOS AO PARLAMENTO EUROPEU



#### Vital Moreira

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

#### Edite Estrela

Licenciada em Filologia Clássica e Mestre em Comunicação Social. Deputada no PE.

#### Capoulas dos Santos



Sociólogo. Deputado no PE. Coordenador do PSE para a Agricultura.

#### Elisa Ferreira



Doutora em Economia. Deputada no PE.

#### Correia de Campos



Professor Catedrático. Presidente do Instituto Nacional de Administração.

#### Luís Paulo Alves



Dirigente Cooperativo e actual Deputado à Assembleia Legislativa dos Açores.

#### Ana Gomes



Diplomata. Deputada no PE.

#### Manuel dos Santos



Economista. Vice-Presidente do Parlamento Europeu.

#### Joel Hasse Ferreira



Professor Universitário. Deputado no PE.

#### Jamila Madeira



Economista. Deputada no PE.

#### Emanuel Jardim Fernandes



Advogado. Deputado no PE.

#### Armando França



Advogado. Deputado no PE.

#### Sónia Fertuzinhos



Licenciada em Relações Internacionais. Deputada na AR.

#### Pedro Delgado Alves



Jurista e Professor Universitário.

#### Nelson Carvalho



Professor do Ensino Secundário. Autarca.

#### Ana Elisa Costa Santos



Licenciada em Gestão de Empresas. Dirigente da Administração Pública.

#### Bruno Veloso



Estudante Universitário de Eng. Electrónica e Telecomunicações. Deputado na AR.

#### Cristina Granada



Professora do Ensino Secundário. Autarca.

#### Rita Miguel



Arquiteta. Deputada na AR.

#### Paulo Pisco



Licenciado em Filosofia, Pós-Graduado em Estudos Europeus. Autarca.

#### Sandra Maria Pontedeira



Licenciada em Educação de Infância. Autarca.

#### José Pinhaões de Bianchi



Doutor em Ciências da Educação. Pró-Reitor da UTAD.

### SUPLENTES

Carlos Zorrinho, Mafalda Serrasqueiro, João Manuel Baptista Realinho, António Mendes, Fátima Ferreira, Bruno Julião, Paula Cristina Perna

Visto de Portugal

LIDERANÇAS FORTES PRECISAM-SE



Hortense Martins  
Deputada na AR

Estamos a viver uma crise que só acontece uma vez na vida. É uma crise sem paralelo. Na nossa memória, apenas nos ocorre a crise dos anos 1929 e 30, e da qual muitos de nós só ouvimos falar.

Esta crise, que parece ter surgido de repente, não tem ainda quem consiga prever, com um mínimo de rigor, o seu terminus. É uma crise com características particulares: não só porque começou no sistema financeiro e alastrou à economia real, mas também porque resulta de uma economia globalizada, que cresceu sem a correspondente criação de mecanismos de regulação fortes e articulados a nível global. Por isso fomos surpreendidos por esta crise. Para alguns, este ciclo de crescimento que a Europa e o mundo viviam, não terminaria tão cedo e, pouco a pouco, fomos descurando, os sinais de alerta de algo que não poderia durar para sempre.

É neste contexto que se enquadram as Eleições Europeias que estão aí à porta. Os partidos e movimentos políticos já apresentaram os seus candidatos. Estas eleições são ainda mais importantes do que podem parecer, e não devem ser desvalorizadas. A Europa precisa urgentemente de definir um rumo, que lhe permita promover políticas conducentes ao crescimento económico e à promoção do emprego dos nossos povos. O emprego é fundamental para a coesão social e deve ser encarado dessa forma. O próprio Presidente Barack Obama o fez. E, de repente, as teses neoliberalistas, defensoras de que os mercados tudo resolvem, vão caindo por terra. Hoje, parece cada vez mais necessário "reconsiderar todas as estratégias do Ocidente desde o fim da Segunda Guerra Mundial", como diz Eduardo Lourenço.

Mas a Europa só estará realmente preparada para isso se tiver lideranças fortes, que tenham em vista o desenvolvimento de políticas verdadeiramente geradoras de desenvolvimento económico e social dos povos. O Tratado de Lisboa é um instrumento fundamental para isso, e a crise parece que trouxe também uma oportunidade ao nível dessa consciencialização. Assim parece ser, e assim esperamos. Mas estes são também os anos de um novo Ciclo de Reformas, para 2008-2010, da Estratégia de Lisboa. Trata-se de consolidar reformas, já iniciadas e em curso. Portugal tem de dar prioridade a isso, reforçando a sua base competitiva, aproveitando a convergência com o Quadro de Referência Estratégica Nacional para o período 2007/2013. São quatro os domínios definidos pelo Conselho Europeu como prioridades da Estratégia de Lisboa: Intensificar a investigação, o desenvolvimento e a inovação; Dinamizar o ambiente para os negócios, nomeadamente para as PME; Investir nas pessoas – qualificações, mercado de trabalho e protecção social e conciliar o económico e o ecológico – a energia e as alterações climáticas. E, para além disso, há ainda três domínios, assumidos como importantes neste novo ciclo – a qualidade das finanças públicas, modernização da Administração Pública e valorização do território.

Todos estes domínios têm a sua importância, mas a necessidade de assumir os desafios da competitividade, de fomentar o crescimento económico e de promover a modernização do tecido empresarial, parecem-me cruciais.

Claro que, neste período de crise, temos de conseguir fazer tudo isto, a par da necessária protecção social aos mais desfavorecidos, que nesta altura podem ainda ficar mais frágeis. Embora os desafios que atravessamos sejam sem dúvida de grande exigência, temos de estar confiantes que encontraremos a fórmula que nos permita sair desta crise. É costume dizer-se que com as crises surgem também oportunidades, sentimos que as gorduras em excesso, que tinham vindo a ser acumuladas, estão agora a ser eliminadas, que vivíamos de créditos "irreais", e que agora é necessário voltar ao real valor das coisas.

As eleições para o Parlamento Europeu são, assim, fundamentais para o estabelecimento das necessárias e correctas políticas europeias, que cada vez mais influenciam as nossas vidas. Por isso, o combate à abstenção é difícil, mas fundamental. As políticas que o Partido Socialista pode ajudar a promover, residem nos valores do seu ideário e na qualidade dos seus candidatos, para a sua implementação. A bem dos povos, a bem dos europeus.

BCE ACREDITA NA RECUPERAÇÃO EM 2010

A recuperação económica será possível em 2010 se as decisões políticas que já foram tomadas pelos Estados-membros forem implementadas tão rapidamente quanto possível, afirmou o presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, em cuja sessão participou a deputada Elisa Ferreira.

Para o presidente do BCE, espera-se que no próximo ano comece a verificar-se um ligeiro crescimento na economia mundial, na europeia e na da zona euro. Para que tal possa acontecer, Trichet afirmou que o BCE dará o seu contributo através das medidas que considere necessárias, na linha do que até aqui tem vindo a fazer.

No mesmo sentido foram as declarações do presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, que no entanto alertou também para o facto de ainda termos de conviver com as consequências da crise. Segundo afirmou, "a situação económica na zona euro terá ainda tendência para se deteriorar", mas acrescentou que a recuperação irá começar em 2010 ou 2011. Sobre a necessidade de medidas adicionais, Juncker disse não ver agora razão para isso: "Vamos agora esperar e, em 2010, tomar as medidas



Elisa Ferreira questiona excesso de optimismo de Jean-Claude Trichet

que forem necessárias".

Ao intervir, Elisa Ferreira questionou aquilo que considerou ser algum excesso de optimismo por parte de Jean-Claude Trichet, na medida em que o BCE nem sempre tem acertado nas previsões económicas que até à data tem feito. "Se alguma certeza existe neste momento é sobre a incerteza do desenvolvimento futuro. Parece-me demasiado optimista face às últimas previsões divulgadas, nomeadamente pela OCDE, assumir que 2010 será o

ano da recuperação. Uma visão mais realista parece-me fundamental para que as decisões que têm de ser tomadas no combate à crise sejam corajosas, inovadoras e atempadas", disse.

Elisa Ferreira questionou também o presidente do Eurogrupo relativamente à adopção de medidas de finan-

ciamento inovadoras como a emissão de eurobonds. Na resposta, Juncker considerou que tem vindo a defender essa posição há bastante tempo e que está convicto de que, embora alguns países recusem para já esta solução, o tema terá, inevitavelmente, de voltar à discussão.

Juncker afastou também a possibilidade de algum membro da zona euro entrar em falência: "Esse é um risco que não existe", disse o presidente do Eurogrupo.

LICENÇA DE MATERNIDADE COM TOTALIDADE DO SALÁRIO

A Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Género do Parlamento Europeu aprovou por larga maioria o relatório da deputada Edite Estrela sobre a



Edite Estrela é autora do relatório sobre a "Licença de Maternidade"

revisão da Directiva relativa à Licença de Maternidade, tendo integrado um conjunto de propostas que alargam os direitos para as mulheres em situação de gravidez.

Entre estas propostas, destaque para o pagamento da totalidade do salário da mulher durante o período de licença. Numa alteração introduzida pelos deputados, defende-se "a manutenção de todos os direitos ligados ao contrato de trabalho e da manutenção da plena remuneração e do benefício de uma prestação equivalente". Esta seria uma forma de impedir que as mulheres, ao auferirem do salário pleno, "não sejam penalizadas financeiramente pelo facto de decidirem ter filhos".

Com efeito, a proposta da Comissão Europeia propõe o pagamento do ordenado a 100 por cento do salário mensal para as mulheres em licença de maternidade, mas como disposição facultativa. De acordo com a Comissão Europeia, a remuneração auferida em licença não poderá ser inferior a 80 por cento do último salário ou do salário mensal médio.

Os deputados chegaram também a acordo, entre várias outras propostas, quanto ao favorecimento das trabalhadoras grávidas e dos trabalhadores que foram pais em caso de trabalho nocturno e trabalho suplementar, quanto à proibição do despedimento da trabalhadora por motivos relacionados com a maternidade durante a gravidez e até 12 meses após o termo da licença.

Para Edite Estrela, a directiva fixa requisitos mínimos, deixando assim aos Estados "a possibilidade de introduzir ou manter disposições mais favoráveis, beneficiando aqueles onde a lei é menos positiva". A deputada defende também a introdução do direito à licença de paternidade como uma das suas propostas mais importantes, no sentido de "promover a igualdade de género e a participação equilibrada de mulheres e homens na actividade profissional e na vida familiar".

SAIR DA CRISE ECONÓMICA E REFORMAR INSTITUIÇÕES

"Tão importante quanto estabelecer medidas para evitar uma nova crise, é criar políticas e agilizar instrumentos que permitam sair da crise actual", afirmou



Manuel dos Santos defende a reforma dos Estatutos do FMI

Manuel dos Santos no seminário sobre o impacto da crise económica e financeira mundial nas economias emergentes. O deputado interveio na VIII Reunião da Comissão Parlamentar Mista UE-México, que decorreu em Bruxelas.

Manuel dos Santos defendeu o reforço do papel do BEI para ajudar a ultrapassar a crise e recordou que é fundamental reformar os estatutos do FMI, permitindo a presença nos seus órgãos de decisão de mais representantes dos países emergentes e reforçando os meios financeiros à disposição da instituição. O deputado criticou o papel do FMI nos últimos anos que, devido à sua estrutura e subordinação aos interesses dos países desenvolvidos, foi incapaz de perceber a crise que se aproximava e pactuou com políticas macroeconómicas, nomeadamente nos Estados Unidos, as quais, no longo prazo, são absolutamente penalizadoras para a economia mundial. Na sua opinião, não tem sentido, por exemplo, que no actual modelo de governo do FMI, um país como a Bélgica tenha mais poderes decisórios que uma grande potência regional como o México.

Durante o jantar de encerramento, Manuel dos Santos abordou vários temas, referindo-se às mudanças climáticas para dizer que o México e a União Europeia compartilham, neste domínio, os mesmos objectivos e que a proposta mexicana de criar um Fundo para as Alterações Climáticas de carácter mundial reflecte esse compromisso.

Em relação à cooperação bilateral, reconheceu que os frutos de um acordo global são já muito positivos e que a cooperação prossegue em domínios tão diversos como a educação, a cultura, a ciência e tecnologia, os direitos humanos, o desenvolvimento social e o combate à pobreza, e o apoio às PME, em paralelo com um reforço considerável no domínio comercial.

# AUMENTADO PROGRAMA ALIMENTAR PARA APOIAR MAIS CARENCIADOS

“Milhões de europeus estão a ser atingidos pelas actuais dificuldades económicas e pelo rápido aumento dos preços da alimentação que se registaram desde 2007. Há mais pessoas do que pensamos para quem a falta de uma refeição adequada é uma preocupação quotidiana: 43 milhões de europeus não conseguem suportar dois dias seguidos os custos de uma refeição com carne, galinha ou peixe”, disse a comissária responsável pela agricultura, Marion Fischer Boel, num debate no plenário de Estrasburgo no qual interveio o deputado Capoulas Santos.

O debate incidiu sobre o programa de distribuição de géneros alimentares às pessoas mais necessitadas na União Europeia e durante o qual foi aprovado o reforço de 2/3 das suas verbas, que passarão a ser de 500 milhões de euros, de forma a melhor garantir a continuidade do abastecimento num período de crise acentuada, dando-se prioridade aos produtos frescos e de origem local.

Este programa, que existe desde 1987, está em prática em 19 países, tendo dele beneficiado cerca de 13 milhões



Capoulas Santos apelou à “solidariedade concreta” da UE para apoiar famílias atingidas pela crise

de cidadãos da União Europeia em 2006, o que dá bem a dimensão da sua importância.

As propostas para aumentar as verbas do programa, que utiliza produtos agrícolas intervencionados, está enquadrada pela PAC e, tal como o programa que distribui fruta nas escolas, confirma o carácter indissociável da relação entre a agricultura e a alimentação, e a preocupação da União Europeia de também neste domínio particular dar uma resposta para as pessoas mais carenciadas.

Dado a Comissão Europeia defender um co-financiamento do programa com uma partilha de responsabilidades entre União Europeia e Estados-Membros, Capoulas Santos considera que deverá ser financiamento comunitário integral, particularmente tendo em atenção o período de crise económica grave que toda a Europa atravessa.

Neste sentido, o deputado apelou à “solidariedade concreta” da União Europeia, de forma a apoiar as famílias que na União Europeia estão a ser atingidas pela exclusão ou pelo desemprego e, consequentemente, viram diminuídos os seus rendimentos, que se tornaram insuficientes para satisfazer as suas necessidades mais básicas.

“Estou certo – disse Capoulas Santos – que os agricultores europeus têm muito orgulho em partilhar uma parte do orçamento agrícola com os que mais precisam”.

## PARLAMENTO QUER MELHORAR RESULTADOS NA PARCERIA COM ÁFRICA

A parceria União Europeia-África, relançada durante a última presidência portuguesa da União Europeia, registou progressos, mas há ainda também diversos aspectos a precisar de um impulso mais veemente. Num debate sobre este tema realizado no plenário de Março em Estrasburgo, no qual interveio a deputada Ana Gomes, o comissário responsável pelo Desenvolvimento, Louis Michel, salientou essencialmente aquilo que considerou serem os quatro pontos chave para que se verifiquem melhores resultados na parceria entre a União Europeia e África.

Um primeiro ponto refere-se ao papel dos parlamentos, que devem ser mais intervenientes. Neste sentido, tanto o Parlamento Europeu como o Parlamento Pan-Africano foram convidados a fazer parte da parceria estratégica para acelerar e melhorar as diversas dimensões do relacionamento em

termos políticos, económicos, culturais e outros.

Em segundo lugar, passarão a ser feitos relatórios anuais sobre os progressos verificados, o que permite criar um mecanismo de monitorização sobre o estado das relações.

Depois, há a registar a participação do Parlamento Europeu na *task force* e, finalmente, a participação de chefes de Estado nas cimeiras União Europeia - África.

O comissário disse ainda que, para este ano de 2009, um dos maiores desafios se refere a acelerar a obtenção de resultados palpáveis no âmbito da participação da sociedade civil e dos agentes não institucionais nas parcerias.

Ao intervir, a deputada Ana Gomes reconheceu que foram dados “alguns passos importantes” relativamente a vários dos oito partenariados previstos na estratégia, nomeadamente o estabeleci-

mento do grupo de peritos e grupos de implementação e o início do diálogo no contexto dos partenariados. No entanto, não deixou também de lamentar que, ao fim de um ano de implementação, “alguns partenariados estejam em processo de definir métodos de trabalho, que ainda não haja metas concretas ou planos orçamentais”.

A deputada defendeu que o próximo relatório anual deve ser mais específico na apresentação de resultados e na indicação dos envelopes financeiros, sublinhando que a vigilância nesta matéria é particularmente importante para que sejam honrados os compromissos assumidos pela União Europeia e pelos seus Estados-membros com vista à realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio e também para se garantir que a actual recessão global não penaliza desproporcionadamente os países e povos, à partida já mais vulneráveis.

## FICHA TÉCNICA

**Edição** Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

**Editor** Paulo Pisco

**Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS

**Periodicidade** Mensal

**Tel.** 213 822 000

**Fax.** 213 822 023

**Email** ppisco@ps.pt

**Endereço** Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

### CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

[www.delegptpe.eu](http://www.delegptpe.eu) Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

**Edite Estrela** - Presidente da Delegação Socialista; Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

**Ana Gomes** - Assuntos Externos; Segurança e Defesa (vice-presidente); Desenvolvimento; Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

**Capoulas Santos** - Agricultura; Pescas; Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

**Elisa Ferreira** - Assuntos Económicos e Monetários; Comércio Internacional

**Emanuel Jardim Fernandes** - Transportes e Turismo; Desenvolvimento Regional; Pescas

**Francisco Assis** - Comércio Internacional; Assuntos Externos; Direitos do Homem

**Jamila Madeira** - Desenvolvimento Regional; Emprego e Assuntos Sociais

**Joel Hasse Ferreira** - Emprego e dos Assuntos

Sociais; Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

**Manuel dos Santos** - Assuntos Económicos e Monetários; Indústria, Investigação e Energia

**Paulo Casaca** - Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Orçamentos; Pescas

**Sérgio Sousa Pinto** - Assuntos Constitucionais; Cultura e Educação

**Armando França** - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Transportes e Turismo

### ENDEREÇOS ÚTEIS

[www.socialistgroup.org](http://www.socialistgroup.org) - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

[www.pes.org](http://www.pes.org) - Página do Partido Socialista Europeu

[www.socialistinternational.org](http://www.socialistinternational.org) - Página da IS

[www.ps.pt](http://www.ps.pt) - Página do Partido Socialista

[www.europarl.eu.int](http://www.europarl.eu.int) - Página do PE

[www.europa.eu.int](http://www.europa.eu.int) - Portal da União Europeia

## Visto de Bruxelas

### A CRISE E AS ELEIÇÕES EUROPEIAS



Ana Gomes  
Deputada no PE

A crise global que enfrentamos bate recordes históricos. Este ano, segundo o Banco de Portugal, o PIB português vai recuar 3,5%, baixa só comparável ao nível de 1975. Mas

o da Irlanda, que ainda há meses era apontada como exemplo a seguir, vai baixar o dobro. ...

Ninguém sabe quando vai começar a recuperação. Vítor Constâncio deixou uma pista ao dizer, há dias, que “a economia portuguesa está dependente para sair da recessão da retoma europeia”. A dimensão relativa da economia portuguesa e a sua grande abertura ao exterior tornam-na particularmente exposta à evolução dos seus maiores parceiros económicos, nomeadamente a Espanha e a Alemanha. Políticas de investimento e estímulo público ambiciosas ao nível nacional são importantes, decisivas mesmo, mas não chegam. É ao nível europeu que têm que ser tomadas e coordenadas decisões sobre a regulação e supervisão dos mercados financeiros, é ao nível europeu que tem que ser desencadeado o combate aos paraísos fiscais por todo o mundo e é ao nível europeu que tem que ser promovido um modelo económico e social baseado na criação de emprego de qualidade, na sustentabilidade ambiental e na eliminação das desigualdades.

Para Portugal, mais do que nunca, a saída da crise passa pela Europa. Mas isso pressupõe que a Europa encontre a liderança política - no Parlamento Europeu, na Comissão e no Conselho - que reconheça o imperativo de mudarmos de paradigmas económicos e que construa e aplique uma estratégia política para operar essa mudança.

Por isso é fundamental que os eleitores compreendam quais são questões decisivas a que vão ter de responder nas eleições europeias de Junho próximo: será que precisamos de mais do mesmo? Será que a Direita, até aqui maioritária no Parlamento Europeu e na Comissão Europeia, foi capaz de preparar a Europa para a crise que já se anunciava, pelo menos, desde meados de 2007? Será que os propagandistas da teologia do mercado, das privatizações e do dogma neo-liberal podem agora dar uma cambalhota ideológica e política e tirar a Europa da crise?

É importante que os eleitores portugueses saibam que desde 2007 o Grupo Socialista Europeu no PE vinha alertando para as causas e consequências da crise *subprime* e desde logo foi avançando com propostas concretas para domesticar os mercados financeiros, nomeadamente nas áreas tóxicas dos *hedge-funds*, do *private equity*, das agências de *rating*, dos *off-shores* - hoje todas no epicentro do terramoto financeiro e económico a que estamos a assistir.

É importante que os eleitores portugueses saibam que a reacção da Comissão Europeia, estribada na confiança cega na capacidade dos mercados se auto-regularem, foi sempre de desvalorização dos alertas do PE e de rejeição das propostas dos socialistas europeus. No Parlamento Europeu, a Direita aliava-se à Comissão para assegurar que as propostas de acção - muitas delas concebidas e promovidas pela eurodeputada Elisa Ferreira, como coordenadora dos socialistas europeus na Comissão de Economia - não eram transformadas em posições oficiais do Parlamento. A passividade perante o aprofundar da crise tornou-se, assim, num programa político da Direita, que só foi chocalhado quando a derrocada se precipitou com a queda do banco Lehman Brothers, em Setembro de 2008.

Importa transformar esta crise numa oportunidade para reforçar a economia europeia - e, claro, a portuguesa - através do fortalecimento da Europa política: perante o colapso e descrédito do modelo neo-liberal de desgovernança económica, volta agora a haver espaço para fazer vingar ideias politicamente ambiciosas e inovadoras - como as que os socialistas europeus há muito defendem. Cabe-nos agarrar a oportunidade.

## AUMENTADA COMPARTICIPAÇÃO DO FUNDO PARA A GLOBALIZAÇÃO



A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais aprovou a passagem de 50 por cento para 75 por cento da comparticipação máxima europeia no Fundo de Ajustamento à Globalização, de acordo com uma proposta feita por Joel Hasse Ferreira,

apoiada também por outros deputados.

O deputado congratulou-se, assim, com a mudança de posição da relatora do PPE, indo ao encontro daquilo que os socialistas europeus defendiam e que acabou por garantir uma aprovação com maioria absoluta.

Na votação efectuada ulteriormente não só foi aprovado esse aumento do limite da comparticipação máxima europeia para 75 por cento, mas também a manutenção do prazo de 24 meses para aplicação dos fundos, de acordo com a proposta da Comissão, apoiada por deputados socialistas e por outros de Estados-membros do Sul e do Leste da Europa, em vez dos 10 meses que a relatora tinha proposto.

## MELHORAR POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO



O deputado Armando França apresentou na Comissão das Liberdades e Assuntos Internos do Parlamento Europeu 21 propostas ao relatório sobre uma política comum de imigração para a Europa, iniciativa legislativa que

visa definir os princípios e estabelecer acções e instrumentos nesta importante área da actividade política europeia.

As propostas aprovadas relevam da necessidade de cooperação com os países terceiros e de trânsito dos imigrantes, a necessidade de adequadas políticas de acolhimento e de integração e ainda a alteração da designação de "imigração ilegal" para "imigração irregular".

O deputado sublinhou a importância do relatório referindo que anualmente entram na União Europeia mais de 1,5 milhões de imigrantes irregulares, "o que torna necessária a existência de regras comuns e harmonizadas naquela matéria, salvaguardando sempre a solidariedade, os direitos humanos e os princípios da igualdade de tratamento e da não-discriminação".

## MERCADO DOS TRANSPORTES



A Comissão dos Transportes e do Turismo aprovou um conjunto de alterações à proposta da Comissão Europeia sobre a abertura do mercado do transporte rodoviário internacional de mercadorias, na qual interveio activamente o

deputado Emanuel Jardim Fernandes.

A proposta inicial da Comissão Europeia visava melhorar a clareza, legibilidade e aplicabilidade do quadro legislativo existente no domínio dos transportes rodoviários internacionais. De notar que a proposta aprovada em sede da Comissão dos Transportes, clarifica as condições em que a cabotagem é permitida, introduz formatos simplificados e normalizados para a licença comunitária e certificado de motorista, reforça o quadro de sanções a aplicar em caso de infracções à legislação comunitária no domínio do transporte rodoviário e reforça a segurança jurídica do actual quadro legal, reduz custos administrativos, e permite uma concorrência mais leal. Mais importante ainda, permitirá, "3 viagens de cabotagem, no período de 7 dias, noutro Estado-Membro, sem necessidade de documentação adicional".

# MINISTRO DO AMBIENTE AFIRMA BOM NÍVEL DE EXECUÇÃO DO QREN

O Ministro do Ambiente e do Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia, garantiu que o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) está com um bom nível de execução e que cerca de 90 por cento dos projectos contratualizados já foram aprovados, estando a ser feitos muitos adiantamento de verbas e dadas garantias bancárias de forma a dinamizar a economia para assim dar uma resposta mais cabal à crise económica.

O ministro fez estas afirmações num seminário promovido pela deputada Jámila Madeira sobre "O Futuro da Política de Coesão Europeia" e na qual participaram também diversas outras personalidades ligadas ao desenvolvimento regional, como o coordenador do Observatório do QREN, Paulo Areosa Feio, ou Bob Santos, do Gabinete do Plano Tecnológico. Participaram também o deputado Joel Hasse Ferreira, Alberto Martins, líder do grupo parlamentar do PS e Rui Vieira, presidente da Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional.

Francisco Nunes Correia considerou que os partidos da oposição têm feito demagogia sobre a questão da execução do QREN, porque estão ignorar deliberadamente os níveis de comprometimento já assumidos. "Há muitos eixos do QREN que, inclusivamente, estão com percentagens de comprometimento da ordem dos 40 e 50 por cento", disse, acrescentando que é preciso perceber que o mecanismo de funcionamento do QREN se opera com base no reembolso da despesa feita na



Jámila Madeira promoveu uma audição pública sobre o futuro da política de coesão europeia

implementação dos projectos.

O ministro afirmou que os projectos aprovados no âmbito do QREN estão a ser implementados de forma mais flexível e mais dirigida, para se adaptarem melhor às crescentes mutações no contexto económico e às características territoriais dos Estados-membros e, por outro lado, para que se obtenham resultados mais objectivos que demonstrem o valor acrescentado das orientações estratégicas da política de coesão europeia.

Segundo afirmou o ministro, a forma como tem sido assumida a política de desenvolvimento regional em Portugal, e que já mereceu elogios da OCDE, tem a ver com um maior enfoque na agenda da competitividade dos territórios, com uma maior relevância dada às estratégias territoriais de desenvolvimento

formuladas de forma participada pelos actores relevantes, públicos e privados, com uma maior relevância à monitorização estratégica do QREN para garantir que os objectivos definidos são atingidos e com uma maior territorialização das políticas públicas, de que é exemplo o novo modelo de sistema de incentivos às empresas ou o desenvolvimento de estratégias de eficiência colectiva nas suas várias modalidades.

"Portugal, a Europa e o mundo enfrentam desafios sérios ao seu desenvolvimento, num mundo em que a única constante é a permanente mudança. O contributo da política de coesão é decisivo para enfrentar os principais desafios, particularmente para um país com as características do nosso", disse Francisco Nunes Correia.

# VITAL MOREIRA APRESENTA "NÓS, EUROPEUS"

"Nós, Europeus", é o título do livro do cabeça de lista do PS às eleições europeias que foi apresentado em Lisboa por António Vitorino e contou com a presença do Secretário-Geral do PS, José Sócrates, muitos candidatos ao Parlamento Europeu e muitos militantes e simpatizantes socialistas.

Segundo António Vitorino, o livro, que reúne crónicas sobre a Europa escritas na imprensa ao longo dos 10 últimos anos, revela sobretudo o europeu que é Vital Moreira, "um homem com um pensamento sólido e continuado sobre a temática europeia e com uma preocupação muito forte com as questões relacionadas com a cidadania".

Vital Moreira considerou que o título do livro "Nós, Europeus", que é também o slogan do cartaz que já está exposto por todo o país, sublinha de forma enfática a nossa qualidade de cidadãos europeus, com uma cidadania duplicada nacional e europeia. "A cidadania europeia reforça a cidadania portuguesa", disse. Daí que o livro aborde muito as questões relacionadas com o que caracteriza os europeus naquilo que os une e sobretudo naquilo que os diferencia em relação aos norte-americanos.

"Apesar das diversidades nacionais, os



O cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu lançou publicamente o seu livro "Nós, Europeus"

europeus evidenciam uma grande convergência de opiniões, ao mesmo tempo que revelam uma assinalável diferença em relação aos Estados Unidos", afirma no texto que dá o nome ao livro.

As questões como a Carta dos Direitos Fundamentais e o processo de ratificação do projecto de Tratado Constitucional e depois do Tratado de Lisboa são

o centro das preocupações dos textos apresentados por Vital Moreira.

"Seria estultícia rejeitar o Tratado de Lisboa em nome de uma utópica ideia de outra qualquer Europa. Para o bem e para o mal, a construção europeia é produto de uma convergência e dos compromissos de todos os seus membros", afirmou.